

Número: **299** • Data: **Jul/Ago de 2015** Revista [REB](http://www.itf.org.br/reb-revista-eclesiastica-brasileira)

TERRA, João Evangelista Martins. **O deus dos semitas**. São Paulo: Loyola, 2015. 435 p., 170 x 240mm – ISBN 978-85-1504-224-1

Esta é a terceira tese doutoral do Autor. Fruto de incessantes 56 anos de laboriosas e sérias pesquisas finalizadas em 2014, é composta de vinte capítulos, com uma sinopse bilíngue e substanciosa bibliografia, para que o leitor se aprofunde no assunto.

Principia o A. discorrendo sobre o significado do termo ‘semitico’, a composição e a divisão das diversas línguas semíticas: acádico, amorreu, cananeu, fenício (púnico), hebreu, ugarítico, eblaíta, aramaico, árabe e etíope.

Em seguida, faz uma breve introdução sobre as origens da história da Mesopotâmia semítica, destacando seus povos: *Sumérios, Acádicos, Amorreus e Assírios*. Realiza ainda uma acurada análise de sua problemática linguístico-religiosa, apresentando o Panteão sumérico-acádico e destacando, dentre outras coisas, a ideia do divino, o antropomorfismo e a cosmogonia mesopotâmicas.

Prossegue sua análise com uma sucinta apresentação sobre a origem da escrita cuneiforme e, depois, discorre sobre a etimologia da palavra “deus”.

Dos*Arameus* aborda a origem, a religião, a língua, o deus; dos*Cananeus*, a língua fenícia ou cananeia, a religião, as divindades femininas e púnicas, o lugar de culto, lugares e símbolos sagrados.

Discorre sobre o *ugarit: língua e religião*, ressaltando que “a descoberta de Ugarit, através das escavações a partir de 1929, em *Ras Shamra*, na costa da Síria, foi, até hoje, a mais importante para nosso conhecimento do contexto cultural de Canaã no tempo do Êxodo” (p. 80). Enfatiza que “os textos, descobertos em Ugarit, estão escritos em egípcio, cuneiforme acádico e cananeu; e, sobretudo, em cuneiformes alfabéticos ugaríticos*,*desconhecidos até então” (p. 80). Por fim, assevera que, “a contribuição mais valiosa dessas descobertas foi a nova luz que projetou sobre a religião dos Patriarcas e sobre as origens do monoteísmo hebraico” (p. 83).

Prossegue sua reflexão sobre *Ebla,*cidade-estado muito importante do III e IV milênio, citada frequentemente em textos sumérios, acádicos, páleo-assírio, egípcios e hititas, e que foi descoberta por acaso em Tell Mardikh, no interior da Síria, a 55 km ao sul de Alepo. Martins Terra afirma que “as inscrições de Ebla fornecem elementos culturais extraordinários para ilustrar o ambiente da época patriarcal, o lugar de origem e, sobretudo, as origens do javismo e do monoteísmo hebraico” (p. 113).

O Autor, a seguir, aborda a *língua e a religião árabe pré-islâmica*, mostrando “que a grande península da Arábia é para muitos etnólogos a pátria-mãe de todos os povos semitas, donde saíram e se estabeleceram no ‘Crescente Fértil’” (p. 122) e, de igual modo, assevera “que os povos semitas dos territórios e da história bíblica pertencem racial, linguística e culturalmente ao mesmo grupo de árabes” (p. 122). Enfatiza por último que, “como nas demais línguas semíticas a palavra para dizer ‘deus’, em árabe, vem da raiz comum *’l, ilu* em árabe *’ilah. Ilah*, com o artigo *al:ilah*, forma, por contração **‘***Allah*, “o Deus por excelência” (p. 123).

Ao discorrer, em seguida, sobre *El*, *em Israel*,o A. afirma que em todas as línguas semíticas se usa o ideograma ou a palavra *’l (el*) para indicar a divindade. Em Israel, *El*é o nome próprio para indicar o único Deus. Ao se referir a *El e ao Deus do Pai,* explica o A. que o “deus do pai” era a divindade dos nômades, que, ao entrarem em contato com os povos sedentários, frequentavam seus santuários e, sem abandonar seu deus patrono, prestavam culto aos deuses do país. Abraão reconheceu em *El*seu “Deus pessoal”, o Deus que o chamou e enviou, aquele que lhe tinha dito em Harã: “deixa teu país, tua pátria, a casa de teu pai, e parte para o país que te mostrarei” (Gn 12,1) (p. 148).

No capítulo IX aborda a palavra *Elohim*, empregada predominantemente no Antigo Testamento para designar a Deus. Martins Terra afirma que “no Antigo Testamento empregam-se três vocábulos distintos, permutáveis e da mesma raiz, com o mesmo significado de “Deus”:*’L*, *LWH* e *LHYM* (*El*, *Eloah* e *Elohim*)” (p. 180). Ressalta que “o fator decisivo para indicar o sentido de uma palavra, como já observava Wittgenstein, não é a etimologia, mas seu uso na linguagem”. Ora, no uso das línguas semíticas transparece nitidamente que o significado fundamental da palavra “deus” é “poder”, “força” (p. 182). Acrescenta ainda que “essa noção é expressa muito bem em hebraico pela palavra *Kavod* que manifesta o esplendor da glória divina, a densidade, o peso daquele perante o qual se experimenta a reverência” (p. 183). Por fim, conclui mostrando *Elohim* *como expressão da unicidade e transcendência,* pois “o Eclesiastes parece ter querido, com sua preferência pelo conceito genérico de *Elohim* (geralmente sem artigo), destacar a onipotência de Deus perante a nulidade do homem” (p. 193).

Em *nomes teofóricos acádicos-deus El-Ilu- nos nomes teofóricos semitas*, o A. discorre sobre o *Deus dos Semitas – Nomes teofóricos,*assinalando dez características do *Nome*nas línguas semítcas e destacando o peso decisivo que eles têm nessas línguas, pois o nome descreve a essência de uma coisa. Elenca, em seguida, os *Nomes teofóricos na língua acádica*(2000 a 500 aC), com as *siglas das fontes* e discorre sobre o *nome-gratidão*(Danknamen), *pedido*, e explica que *Deus custódio* (Schutzgott) deve ser entendido como um outro tipo de expressão: *A-šur-lá-ma-si*= Assur é meu patrono; *Ištar-la-ma-si*= Ištar é meu deus custodio; *dMarduk-lá-ma-sa-šu*= Marduk é meu deus patrono. Por último, elenca um índice com cerca de 300 nomes teofóricos com *ilu-ili* no fim do nome.

Os capítulos seguintes são o cerne de sua pesquisa. E, ao abordar *Um monoteísmo implícito das religiões semitas?* afirma que o capítulo XI, “é apenas uma curiosidade, porque uma grande parte dos orientalistas que estudaram a cultura e a religião dos semitas descobertas nas tabuletas de argila dos seis ou sete milênios no Próximo Oriente Antigo colocaram o problema de um primitivo *criptomonoteismo* no meio do politeísmo generalizado. Os cristãos semitizantes constatam a existência de um politeísmo no contexto do monoteísmo bíblico, resultando o problema do jogo de linguagem diferente do politeísmo e do monoteísmo” (p. 251). O Autor prossegue, afirmando que “o tema central de sua pesquisa é a noção do divino ou a ideia da divindade que ocupa os escritos de quase três milênios de história, aC, das diversas línguas semíticas faladas no Próximo Oriente Antigo” (p. 252). Faz também aqui menção de sua tese doutoral de Filosofia: *O deus dos indoeuropeus: Zeus e a protoreligião dos indoeuropeus*(Loyola – cf. CAMPOS, J.B. de. *REB*, Petrópolis, v. 59, n. 236, p. 995-1000, 1999), cujo tema é a noção da palavra Deus nos diferentes ramos das línguas indoeuropeias da Europa e da Ásia.

Ao discorrer sobre os *Nomes teofóricos em hebraico bíblico* (nomes teóforos ou teofóricos – do [grego antigo](http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_grega_antiga) ϑεοϕόρος, composto de ϑεο – “[deus](http://pt.wikipedia.org/wiki/Deus)” e – ϕόρος “portador”), que na [onomástica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Onom%C3%A1stica) são todos [nome](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nome)s que contêm elementos alusivos a [Deus](http://pt.wikipedia.org/wiki/Deus) ou a [deidades](http://pt.wikipedia.org/wiki/Deidade)), o A. afirma serem numerosíssimas as monografias consagradas ao estudo dos nomes pessoais teofóricos na literatura semita antiga. Apresenta também uma relação de 110 nomes pessoais teofóricos israelitas em hebraico bíblico (p. 269-284). E faz notar que neste capítulo neste capítulo apenas os nomes teofóricos formados com a palavra “’El” (deus) e seus derivados ’Eli,’eloah,’elohim, presentes nos nomes teofóricos, que certamente podem ocorrer em vários lugares da Bíblia hebraica.

Em *A noção de Deus no Antigo Testamento hebraico,* aborda a longa evolução ocorrida na noção de Deus nos escritos do Antigo Testamento, e cita J. Coppens (p. 294-295) com suas cinco etapas no desenvolvimento da fé em Deus na história religiosa de Israel: a) a etapa das tribos nômades em que Deus, não ligado a um lugar central, era protetor, tutor, pai, velando pelos seus interesses e os de seu clã; b) a da organização tribal sob a conduta de um chefe unindo as tribos e centralizando o poder; c) a de Jahvé, como Deus de Israel ligado estreitamente à instituição política do reino de Judá-Israel e aos eventos da dinastia davídica e ao surgimento da reação protagonizada pelos *profetas*; d) a que destaca o papel dos profetas-escritores, transmissores da fé Javista transcendente, desde Amós até Jeremias, Ezequiel e o Deutero-Isaias, que viveram o drama do reino de Judá e do exílio babilônico; e) a que se inicia após o exílio, em que a fé javista é vivida no âmbito das experiências pessoais e ajudada pela reflexão sapiencial, enfocando o plano existencial, o livro de Jó e do Eclesiastes, o problema da existência de Deus e de sua providência.

Ao tratar, a seguir, de *A religião dos patriarcas*, assevera que, com H. Gresmann, a partir de 1910, os especialistas passaram a corrigir e a aperfeiçoar essas teorias através das novas descobertas arqueológicas. Através de Lofink pode-se acompanhar as teorias que foram se sucedendo: 1) a teoria dos patriarcas como adoradores de Elim (Gressmann – 1910); 2) a teoria dos patriarcas como adoradores dos “deuses dos pais” (A. Alt – 1929); 3) a teoria dos patriarcas como adoradores do Deus El (F.M. Cross, Lofink, Mettinger e outros) (p. 301-312). Neste capítulo o Autor analisa estas três teorias e chega a uma reflexão teológica sobre a importância da visão da história para nosso tempo. Em *Reflexões conclusivas* (p. 312-319), afirma que o papa emérito Bento XVI trata em seu *livro Fé, verdade, tolerância. O cristianismo e as grandes religiões do mundo”*(2007), apresentando uma tipologia do problema religioso formulado em três noções: a) a do *Exclusivismo*de Karl Barth, que exclui todas as religiões como caminho de salvação; somente a fé cristã pode salvar; o “cristianismo não é uma religião”; hoje ninguém mais defende esse radicalismo de Karl Barth; b) a do *Inclusivismo*de Karl Rahner, em que todas as religiões vão – sem o saber – ao encontro de Jesus Cristo, único Salvador; c) a do*Pluralismo religioso,* que nega que Jesus Cristo seja o único salvador, tendo como seu expoente mais importante o jesuíta J. Dupuis, que afirma: “não é possível pensar que o cristianismo ou a religião de Cristo, possua toda a verdade ou tenha o monopólio da graça.

Em *Politeísmo e monoteismo na linguagem do Antigo Testamento*, Martins Terra afirma que “a exegese contemporânea do Antigo Testamento reconhece que grande parte do Antigo Testamento usou uma linguagem politeísta para falar de Deus” (p. 328). Em seguida, afirma que: a) “só existe um Deus, ao qual unicamente compete se adorar, que é a interpretação tradicional no cristianismo, judaísmo e islamismo”; b) “o Próximo Oriente antigo e todos os vizinhos de Israel eram politeístas, pois do Egito até a Babilônia, os dois extremos do Oriente Médio, adoravam-se muitos deuses diferentes. Assim, ‘Consciente ou inconscientemente, por debaixo de todo culto politeísta está latente o elã monoteísta’”; c) “embora muitos orientalistas e arqueólogos falem de um monoteísmo implícito ou até mesmo primitivo entre os povos do Médio Oriente antigo, muitos exegetas cristãos falam de um politeísmo no Israel primitivo ou de um monoteísmo tardio”; d) “o politeísmo e o monoteísmo não passam de duas linguagens e, naturalmente, nelas estão contidas duas formas de aproximação da mesma realidade, pois, o monoteísmo e politeísmo são duas maneiras de falar sobre Deus, condicionadas por determinada época e determinado jogo de linguagem”; e) “o antigo politeísmo era caracterizado pela *tolerância* e pelo *sincretismo*, tendo um aspecto muito positivo, pois a divindade infinita é inesgotável em suas manifestações. O monoteísmo bíblico levou ainda muito tempo para se impor e só num contexto filosófico-cultural quando no Ocidente se difundia a especulação sobre a essência do ser divino, é que o monoteísmo teórico se impôs no Antigo Testamento”. Por último, o Autor mostra que “o ciúme de Jahvé deve, portanto, associar-se à ideia de uma revelação especial, sobrenatural, definitiva. A Carta aos Hebreus começa afirmando:“Muitas vezes e de diversos modos Deus revelou-se, outrora aos Patriarcas pelos profetas; agora nestes dias que são os últimos revelou-se-nos por meio de seu Filho, do Logos, do Verbo Divino que se fez Palavra humana…” (Hb 1,1). Destarte, revelação no Antigo Testamento exige essa exclusividade e o Novo Testamento a assume definitivamente na Cristologia, conclui o Autor (p. 330-339).

Prossegue ele, em *A religião de Israel no contexto histórico do crescente fértil*, mostrando a importância do Médio Oriente antigo, berço e marco de nossa cultura ocidental. Afirma que *“ex oriente lux”* – *a luz vem do Oriente.*Toda nossa cultura ocidental, da Europa e do Novo Mundo: Américas e Oceania, foi engendrada pelas culturas que há cinco mil anos floresceram nesse rincão da terra. Traça, a seguir, seus limites e discorre sobre *O Crescente Fértil*, ilustrado com um mapa do Médio Oriente antigo. Destarte, prossegue o Autor: “por isso, Israel, como corredor de passagem das duas grandes potências do leste e do oeste, sofre constantemente o entrechoque dessas culturas milenares do Egito e da Mesopotâmia. Além disso, Israel tem sua origem na Mesopotâmia, em Ur, no Sul do Império babilônico, bem como no Haran, no norte da Assíria, e, durante 430 anos, ficou segregado no Egito, para, depois de um milênio na Palestina, voltar novamente deportado para a Babilônia (587). Essas migrações evidentemente impuseram mudanças de linguagem e consequentemente de cultura. De início, estava a cultura babilônica na história de Abraão; depois, a longa transumância na Fenícia; em seguida, a estadia de 430 anos no Egito; os 40 anos de iniciação religiosa no Sinai; a penetração em Canaã com os 410 (?) anos do período dos juízes, os 433 anos de monarquia, os 48 anos de dominação babilônica, os 206 anos de dominação persa (desde 539 até 333) e, por fim, a helenização, com a conquista de Alexandre Magno (333). Reafirma o Autor nos parágrafos seguintes que “O que nos manifesta a história é exatamente o processo intenso de aculturação ou inculturação que sofreu o povo de Deus no longo período de quase dois mil anos”. Apresenta então *Os costumes jurídicos*, destacando o papel “dos numerosos códigos jurídicos do Antigo Oriente que conhecemos hoje e nos permitem estabelecer pontos de comparação com os costumes dos patriarcas (o*Código de Hammurabi,* o*Códigon de Lipit-Ishtar, as Leis de Eshnunna, e as Leis Assírias*). No que se refere à *Inculturação de Israel na tradição jurídica da Mesopotamia,*salienta o Autor que “seria impossível tentar elencar agora todos os dados fornecidos pela arqueologia e filologia comparada com o ambiente cultural dos patriarcas.

Elabora o Autor, em *A teologia dos patriarcas*, uma sintética história dos mesmos, que “nos mostra que esses relatos bíblicos se inserem admiravelmente na cultura seminômade do segundo milênio dentro da zona de transumância e das frequentes migrações de que nos fala a história confirmada hoje abundantemente pelas escavações arqueológicas. Tais dados histórico-arqueológicos nos permitem reconstruir a cultura e o ambiente no qual viveram os patriarcas. Até hoje não foi encontrado nenhum dado arqueológico que contradiga a trama geral dos relatos bíblicos. Nada há na vida dos patriarcas que apareça inverossímil ou mitológico e mistificação. Não aparece também nenhum anacronismo com a cultura daquela época”. Aborda, nos próximos parágrafos *“os israelitas no Egito”*, afirmando que “embora pareça haver na redação atual do Pentateuco uma perfeita continuidade lógica entre epopeia do Êxodo e as tradições patriarcais narradas no Gênesis, percebe-se que essa harmonia é devida a uma simplificação ou estilização numa perspectiva teológica e com finalidade apologética” (p. 371). Mostra também que “na liturgia e nas formas de confissão de fé, como no credo histórico deuteronômico (Dt 26,5-9) as antigas tradições são atualizadas constantemente através das gerações e, desse modo, vão configurando a *consciência de eleição* do povo hebreu”. Vê-se então que “essa interpretação épico-cultural das antigas tradições históricas transmitidas oralmente através das gerações, ao serem consignadas por escrito nos inícios da monarquia adquirem uma unidade histórica”. Salienta também que “deve-se ter sempre presente que a história de José e de Moisés estão *‘idealizadas’*ao máximo, emolduradas no gênero literário *épico midráshico*, que procura ressaltar as intervenções providenciais e milagrosas do Deus dos pais nos momentos mais críticos da história de Israel” (p. 372-373). No entanto, adverte o Autor que “apesar da utilização desse gênero midráshico, não se pode negar que haja uma forte tradição histórica da estadia de Israel no Egito, pois todas as confissões de fé e os credos históricos recordam o fato da escravidão e opressão que ocasionam a intervenção providencial de Deus na história de Israel para libertar seu povo” (p. 373).

No antepenúltimo capítulo, *História de Moisés*, principia o Autor afirmando que “apesar da profunda idealização *midrashica*que envolve toda a figura de Moisés, sua historicidade é absolutamente inegável”. Ressalta o Autor que “a formação da consciência religiosa e jurídica das tribos de Israel seria impensável sem Moisés, como afirmou R. de Vaux: *“suprimindo Moisés, se torna inexplicável a religião e a existência de Israel”*. Afirma, a seguir, que “os documentos egípcios mencionam frequentemente que os faraós faziam educar em sua corte jovens asiáticos para prepará-los para funções administrativas nas províncias asiáticas do império”. Acrescenta ainda que “Salomão, mais tarde, mandou buscar sábios mestres do Egito para as *‘escolas de sabedoria’* que fundou em Jerusalém para preparar funcionários reais e diplomatas, tendo essas escolas se tornado uma das principais fontes da literatura sapiencial salomônica. Em *A Aliança Mosaica e seu conceito*, afirma que “durante a estadia dos hebreus no deserto do Sinai ocorreu o nascimento da *teocracia* hebraica, selando a *Aliança* entre *Jahvé*, o Deus libertador da escravidão do Egito, o povo ‘eleito’ entre todas as nações da terra. O conceito de Aliança é fundamental na constituição da teocracia hebraica, pois na aliança se fundamentam as leis de Israel”. No tópico seguinte, *Monoteísmo mosaico?*, afirma que “o fator de integração da história de Israel não é um elemento abstrato, mas é uma pessoa, Moisés. Sem a figura desse líder, profeta, legislador e mediador na formação da consciência jurídica e religiosa das tribos de Israel, a história de Israel não seria pensável.

No penúltimo capítulo, *Cosmovisão dos semitas*, o Autor mostra que “os povos antigos evidentemente não tinham a mesma cosmovisão ou imagem do mundo que nós temos hoje”, de um “macrocosmo com distâncias medidas em anos-luz” e “a pequenez infratômica do mundo nuclear”. Afirma que “na cosmovisão semítica, acádica, babilônica, sumérica, cananéia… o cosmo é pressuposto (não descrito) como uma casa de três andares, tendo no centro a Terra, no andar subterrâneo o inferno e, no superior, o céu, ou morada dos deuses celestes com seu panteão”. Apresenta, a seguir, uma ilustração da cosmovisão dos antigos sobre o universo e uma descrição da*“*cosmogonia do mundo subterrâneo da Mesopotâmia antiga, constituída de sete andares com sete muros e sete portas”.

No último capítulo, *Inculturação da Fé de Israel na cultura do Egito,* refere-se o Autor à influência na religiosidade de Israel exercida pela cultura mesopotâmica, bem como o profundo influxo exercido pelo Egito na religião e na liturgia de Israel, que viveu durante quase quinhentos anos naquele país. A seguir, apresenta “um exemplo belíssimo de inculturação da fé nas culturas do Egito, o Sl 104, que tem por base o*Hino a Aton,*um hino religioso egípcio em honra do deus-sol, *Aton*, do tempo do faraó Akhenaton, do segundo milênio antes de Cristo (1380-1362). Apresenta em duas colunas paralelas a tradução em português do Hino a Aton e do Salmo 104, sendo respectivamente o primeiro com 109 versos e o segundo com 35 versículos. A seguir, dedica duas páginas com comentários preciosos sobre *O histórico do Hino a Aton*, afirmando, entre outras coisas, que “este é um dos mais lindos hinos egípcios antigos”. A analogia com o salmo 104 é evidente. Os antigos não costumavam contemplar os fenômenos da natureza e usufruir a sua beleza, como nós fizemos hoje. A seguir, argumenta que “tal hino poderia facilmente ter sido composto por um poeta de um tempo imediatamente subsequente ao tempo de Amarna, a quem nosso hino era conhecido e apreciado, mas que diligentemente evitou sua doutrina religiosa. Por último, é digno de nota a observação perspicaz e pertinente às páginas 411-412: “ao terminar esta tese, chegamos à conclusão de que o único modo de desvendar a religião (a ideia de Deus) dos semitas e entrar em contato com seu mundo divino, superando as barreiras do tempo e do espaço que nos divide, consiste em analisar e estudar as milhares de orações contidas nas tabuletas de argila ou nas inscrições monumentais. Para conhecer uma religião, temos que ler suas orações: *Lex Orandi est Lex credendi*. É a oração que amolda a religião de alguém e de uma comunidade. Para descobrir a religião de uma pessoa ou de uma cultura, é mister conhecer seu modo de rezar ou dialogar com Deus. No instante de rezar, o politeísta vira monoteísta. O deus que ele suplica é todo poderoso e infinito, por conseguinte, único”.

*José Benedito de Campos*

Caixa Postal 18

37.548.000 Conceição dos Ouros – MG/BRASIL

Email: sadot@oi.com.br